

BONS RESULTADOS NO IDEB: ESTUDO EXPLORATÓRIO DE FATORES EXPLICATIVOS DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Cláudia Oliveira Pimenta
Universidade de São Paulo
pimentaclaudia@usp.br

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar os fatores que contribuíram para o resultado obtido no Ideb de 2007, nos anos iniciais do ensino fundamental, pela rede municipal de Indaiatuba – SP. O presente texto é resultante da análise dos dados e informações colhidos pela Pesquisa Bons Resultados no Ideb: Estudo Exploratório de Fatores Explicativos. Faremos uma breve contextualização do surgimento do Ideb, a caracterização socioeconômica e educacional do município destacando as principais ações da política educacional e apresentaremos os possíveis fatores que explicam o resultado obtido.

Palavras-chave: política educacional; ideb; resultados.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar os possíveis fatores da política educacional da rede municipal de Indaiatuba que contribuíram para o resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, em 2007, nos anos iniciais do ensino fundamental.

A base desse trabalho é a pesquisa nacional intitulada “Bons resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos”, desenvolvida a partir de 2009 por pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, Universidade Estadual do Ceará – UECE e Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS. São quarenta os municípios pesquisados, sendo vinte do estado de São Paulo, dez do Ceará e dez do Mato Grosso do Sul. Tal pesquisa tem como propósito identificar iniciativas de políticas educacionais de municípios nos Estados de S. Paulo, Mato Grosso do Sul e Ceará às quais possam ser atribuídas contribuições para alterar positivamente o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, entre os anos de 2005 e 2007.

Vale ressaltar que dos municípios que fazem parte da amostra da Pesquisa citada, trinta possuem mais de mil alunos matriculados na rede municipal e dez, mais de cinco mil matriculados, entre os quais se encontra o município de Indaiatuba.

Breve histórico das avaliações externas no Brasil e o contexto da criação do Ideb

A prática da avaliação externa no Brasil desenvolveu-se a partir dos anos 1980 culminando na implantação, em 1991, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

Os objetivos do SAEB modificaram-se ao longo dos anos. Se num primeiro momento havia uma preocupação muito grande com o desenvolvimento das capacidades avaliativas da

gestão, nas suas diversas instâncias, bem como a transferência da operacionalização do processo avaliativo para as localidades, “descentralizando” e “regionalizando” os procedimentos, em um segundo momento (1990 e 1993) a relevância dos objetivos do SAEB incidia sobre o currículo, o preparo dos professores e diretores, bem como os resultados de aprendizagem.

Já em 1994, de acordo com Dirce Nei Teixeira de Freitas (2007), o Plano Decenal de Educação para Todos apontava que os objetivos do SAEB compreendiam:

(...) a pesquisa e desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação escolar, a implementação, em universidades e centros de pesquisa, de núcleos ou centros regionais de estudos em avaliação, a formação e capacitação de recursos em avaliação, à formação e capacitação de recursos humanos para a área e, por fim, a produção de pesquisa aplicada para subsidiar políticas públicas de qualidade educacional. (FREITAS. 2007, p. 88)

Para a autora, tais objetivos apontavam que o SAEB deveria contribuir para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa, em todos os níveis, estimulando “a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação básica e adequados controles sociais de seus resultados” (FREITAS. 2007. p. 88).

Em 2005, de acordo com a Portaria Nº. 931, de 21 de março do mesmo ano, o SAEB passaria a ser composto por dois processos:

- a) A Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb, realizada através de amostragens das redes de ensino, em todos os estados, com foco nas gestões dos sistemas educacionais;
- b) A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), comumente chamada de Prova Brasil, de caráter censitário e com foco nas unidades escolares.

A Aneb pretende, a partir dos dados e informações coletadas, subsidiar a formulação de políticas educacionais que incidam sobre a qualidade da educação, bem como propiciar a produção de séries históricas, contribuindo com o aprimoramento das pesquisas e com o objetivo principal de avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira. A Anresc, diretamente ligada à avaliação da qualidade de ensino nas escolas, orienta para que as unidades escolares utilizem os resultados da avaliação para aprimorarem seu trabalho pedagógico, reduzirem as desigualdades e melhorarem os padrões de qualidade e equidade, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

É neste contexto que, em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep cria o Ideb. De acordo com Nota Técnica divulgada pelo instituto, este índice configura-se como

[...] um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação) composto por indicadores de fluxo (aprovação, reprovação e evasão) e a média na Prova Brasil, onde se avaliam as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática.

Para cada município e escola há uma meta a ser cumprida até o ano de 2021, onde se pretende que todo o país alcance a meta 6,0 numa escala de 0 a 10 e possa equiparar-se com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Tais “parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da OCDE” foram estabelecidos pelo Inep que entende que “a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira”. (Fonte: <http://portalideb.inep.gov.br>, pesquisado em 27/09/2010)

O debate em torno deste índice é bastante polêmico. Segundo Luis Carlos Freitas (2007), a Prova Brasil e o Ideb são as pontas do *iceberg* das propostas liberais de responsabilização e privatização do público. O Plano de Desenvolvimento da educação (PDE) está ancorado, segundo ele, na criação do Ideb e, a partir de sua construção o MEC “vinculará o repasse de recursos oriundos do FNDE à assinatura de compromisso dos gestores municipais com determinadas metas de melhoria dos seus indicadores ao longo de determinado período”. (FREITAS. 2007, p.967)

Para Luiz Araújo (2007), ex – presidente do Inep, o Ideb se configura como mais um instrumento de regulação do que um definidor de critérios para otimizar a aplicação dos recursos da União, com vistas a alterar indicadores educacionais. Para ele, “[...] o resultado de cada município e de cada estado será (e já está sendo) utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados”.

A pesquisa Bons Resultados no Ideb – Estudo Exploratório de Fatores Explicativos, já referida neste texto, entende que esse índice representa significativa contribuição, pois tem tornado mais transparente e objetivo o debate em torno de resultados do processo educativo, sendo possível sua verificação – o que tem sido um grande problema de nossas políticas educacionais ao longo dos anos. Além disso, contribui para um monitoramento de resultados, mesmo com os limites que os testes de proficiência apresentam, seja no que diz respeito a sua abrangência disciplinar, seja em relação às limitações resultantes dos procedimentos de aplicação, e principalmente, “a possibilidade de se reduzir a educação a processos de ‘preparação para os testes’.” (p. 7) Apesar disso, considera que a apresentação de uma proposta de resultado objetivo do processo educacional é uma contribuição importante.

Um debate conceitual em torno do Ideb, segundo Reinaldo Fernandes (2007), “sugere que ele incentiva as unidades escolares (escolas e redes de ensino) a operarem com baixas taxas de reprovação”, (FERNANDES. 2007. p. 16), o que é positivo para garantir a permanência do aluno na escola e incentivá-lo a ter um melhor desempenho na aprendizagem.

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por seu lado, um sistema em que os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso eles aprendam muito pouco. Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (OLIVEIRA. 2007. p. 7)

Todavia, a garantia de permanência na escola e um bom desempenho dos alunos nas avaliações externas não significam, necessariamente, uma melhoria na aprendizagem, haja vista as limitações que tais avaliações podem evidenciar.

Para Romualdo Portela de Oliveira (2009), as medidas de proficiência geradas por essas avaliações não se configuram em uma avaliação em seu conceito pleno, que “consiste em um processo mais amplo que pode tomar a medida como uma de suas dimensões, mas se associadas à elaboração de juízos de valor sobre a medida e a proposição de ações a partir dela”. (OLIVEIRA. 2009. p. 1) Entretanto poderiam se constituir em mais um instrumento para a organização das ações da escola utilizando as medidas decorrentes da avaliação, por exemplo, na reflexão de seu projeto pedagógico. Para o autor, existe uma “fissura” entre o que se diz e o que se faz na escola em termos de seu projeto pedagógico. Poucas são as instituições que fazem uso do que nele se escreve e apontam como prioridade e, principalmente, quase nunca se discute o que está proposto. Neste sentido, Oliveira questiona se os resultados provenientes das medidas em larga escala não podem fornecer – ao menos parcialmente – informações importantes para essa reflexão. (OLIVEIRA. 2009. p.4)

No que diz respeito ao município de Indaiatuba, é perceptível o uso dos resultados das avaliações externas e, por conseguinte, do Ideb, para se pensar as ações pedagógicas da rede e das escolas. Por outro lado, é possível detectar práticas já consolidadas que vem contribuindo para um bom resultado nas avaliações e no índice e que são anteriores à implementação do índice.

Características socioeconômicas do município de Indaiatuba:

O município paulista de Indaiatuba está localizado na Região Metropolitana de Campinas, a cerca de 90 km da capital do estado. As principais rodovias do entorno são a dos Bandeirantes, a Anhanguera, a Castelo Branco e a Rodovia do Açúcar.

Os dados descritos a partir daqui foram coletados no ano de 2009 pela equipe da Pesquisa Ideb e o recenseamento nacional só seria realizado em 2010. Vale lembrar que estamos analisando os fatores que contribuíram para o resultado no Ideb de 2007 – no caso de Indaiatuba, que não realizou a Prova Brasil em 2005 – e, dessa forma, consideramos que tais dados não comprometem a veracidade de nossa análise.

O Perfil Municipal de Indaiatuba para o ano 2000 indicou população total de 147.050 habitantes. (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano era de 310,6 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

Na medição da Fundação Seade para o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, Indaiatuba faz parte do grupo de municípios “*com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais*”. Os indicadores de Indaiatuba para os componentes do IPRS estão em ascensão, pois numa escala que vai de 0 a 100, a cidade apresentou os seguintes números (Fonte: Seade):

- indicador de riqueza: 47 em 2002 e 54 em 2006;
- indicador de longevidade: 69 em 2002 e 74 em 2006;
- indicador de escolaridade: 52 em 2002 e 68 em 2006.

Em Indaiatuba, 98,43% da população, vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 40.317 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de:

- 97,7 para coleta de lixo;
- 93 para abastecimento de água;
- 90,4 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Indaiatuba para 2002 foi, segundo o IBGE, de 10.596,87 reais correntes. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,437% em 2006. (Seade).

Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – sistema criado no âmbito do Ministério do Trabalho) apontam uma população economicamente ativa de 74.821 habitantes no ano 2000.

Características da Rede Municipal de Educação

Segundo o Edudata Brasil, a rede municipal de Indaiatuba apresentava, em 2006, 9.711 alunos matriculados. Na rede privada, 2.144 e 2.211 na rede estadual. Além disso, mantém escolas urbanas de Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), e EJA (Ensino de Jovens e Adultos). No total, em 2007, eram 67 estabelecimentos, segundo o MEC (Fonte: MEC/PDE/IDE). O município não conta com atendimento municipal rural, nem de comunidades indígenas e quilombolas, o que já ocorreu no passado.

De 1999 a 2005, de acordo com os dados do Edudata Brasil, Indaiatuba melhorou sua taxa de rendimento (constituída pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono). No início do período observado, o município apresentava 84,6% de aprovação, 13,9% de reprovação e 1,5% de abandono. Em seis anos, este desempenho foi aprimorado atingindo 92% de aprovação, 7,6% de reprovação e 0,4% de abandono.

Quanto à distorção idade-série, Indaiatuba obteve melhoria nos indicadores da 3ª e 4ª séries. Já na 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental, houve piora entre os anos de 1999 e 2006. Na 3ª série do ensino fundamental, a diminuição da distorção idade-série ocorreu de 15,1, em 2002 para 10,6, em 2006. Já na 4ª série do ensino fundamental, em 1999 a taxa era de 21,7 e caiu drasticamente, chegando a 2006 com 12,6.

Em Indaiatuba houve um aumento do número de docentes com curso superior lecionando até a 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1999, apenas 38,8% dos professores possuíam curso superior segundo o EDUDATA Brasil. Já em 2005 esse número subiu para 73,4%.

Segundo os Indicadores Demográficos Educacionais do MEC/PDE, em 2007, a rede municipal de Indaiatuba possuía 380 docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, dos quais 308 com licenciatura; 9 com graduação; 6 com Ensino Médio e 57 com Normal médio.

De acordo com a secretária de educação entrevistada em 2009, todos os professores da rede já possuíam nível superior devido a um convênio feito com a UNESP e Unicamp. Os

professores que já possuíam um curso superior adquiriram outro, e aqueles que não tinham puderam adquiri-lo. Enfatizou a importância que a Secretaria vem dando à formação do professor. Quando perguntada sobre os desafios que a Secretaria enfrenta, respondeu:

Bom, formação, formação e formação. Formação interna. Houve no ano entre 3 e 4 mil horas de capacitação interna na rede. Estabelecemos parcerias para a realização de formação também. Nós buscamos muito. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

De acordo com a entrevistada, as parcerias são fundamentais para o desenvolvimento e o acesso da informação na rede como um todo.

Em Indaiatuba a maior parte das escolas até a 4ª série do Ensino Fundamental tem mais de 10 salas de aulas e mais de 300 alunos. Havia, em 2006, bibliotecas em 14 das 17 escolas existentes no referido nível de ensino. Vale ressaltar que esse equipamento estava, no mesmo ano, presente em apenas 22% das escolas municipais brasileiras e em 27% das escolas do estado de São Paulo. No mesmo ano, 11 escolas tinham laboratório de informática e 11 contavam com quadra de esportes. Dez possuíam sala de tv/vídeo. Cabe observar que nenhuma escola contava com laboratório de ciências. Apesar disso, os dados denotam situação mais adequada do que se pode encontrar, em geral, nas municipalidades brasileiras.

Possíveis fatores que contribuíram para o bom resultado no Ideb de 2007 no município de Indaiatuba

Em 2007, Indaiatuba alcançou Ideb 5,6 – resultado superior ao do Estado de São Paulo e do Brasil, que obtiveram 4,7 e 4,0, respectivamente. Para a secretária de educação, este resultado se deveu ao fato rede municipal de educação se configurar como “uma rede”. Em suas palavras,

A nossa rede é uma rede. Nós não temos escolas que tem total autonomia pra usar esse método, essa diretriz ou aquela diretriz. Trinta anos atrás nós tínhamos assim: a escola do centro era a escola boa. Depois da linha [de trem] era a periferia. Os professores e os materiais ruins estavam lá. Hoje a proposta é a mesma para todas. Se sair do centro e for para lá a proposta [pedagógica], a capacitação dos professores, as condições da escola, até num bairro pobre, a condição é igualzinha. Tem computador, tem material didático, tem lousa digital, tem biblioteca, tem capacitação, então não existe muita discrepância na rede. O que ocorre são as condições materiais daquela criança, problemas específicos com professores ou com gestores. Mas a estrutura, o macro, se você for ver na média, é muito igual. (Secretária de Educação, entrevistada em 17 de junho de 2009)

A entrevista feita na escola reafirma a existência de mecanismos de formação interna e também de outras capacitações oferecidas pela Secretaria por meio do estabelecimento de parceria. De acordo com as entrevistadas, semanalmente há reuniões entre os diretores de escolas e também momentos entre os coordenadores, para capacitação. Os coordenadores fazem oficina com orientadores pedagógicos da Secretaria e multiplicam isso na escola, semanalmente.

A coordenadora pedagógica da escola visitada – escola que obteve o maior Ideb na rede municipal em 2007 – informou que realiza reuniões semanais coletivas com os professores.

Nestas reuniões, segundo ela, discute-se o currículo (que é o mesmo para toda a rede), dados referentes às avaliações externas, acompanhamento da aprendizagem dos alunos. A coordenadora também faz reuniões individuais com os professores, quando necessário, para orientações.

Entre os programas de formação continuada, realizados na rede municipal de educação, a diretora e a coordenadora da escola visitada destacaram o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA, do governo federal e afirmaram que há no município, uma sequência deste programa, batizado de “Ler pra Valer” e “Ler pra Escrever” e que acontece desde 2007.

É, pra toda rede. Na verdade assim, ele já vem acontecendo desde 2007, o “Ler Pra Valer”, e ele vem atendendo a demanda. Porque sempre tem gente nova chegando à rede. Então na verdade, todo ano ele acontece, porque tem sempre pessoas novas... (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 17 de junho de 2009)

É o PROFA. Na verdade, o Ler veio assim... Já com certo embasamento no PROFA. O PROFA foi um programa anual também, que durou de dois a três anos... (Coordenadora e Diretora, entrevista em 17 de junho de 2009)

Inclusive eu fui formadora [do PROFA], dentro do grupo, pelo MEC, e agora a gente continua com o Ler, já faz três anos. Esse é o terceiro ano e está em desenvolvimento o Ler Pra Escrever... (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 17 de junho de 2009)

O “Ler pra Escrever” é um programa de capacitação dos professores de toda a rede voltado para a escrita. Os coordenadores e diretores participam do curso e de oficinas com um orientador pedagógico a cada 15 dias e depois, replicam com os professores em reuniões de HTPC.

De acordo com a coordenadora, tem sido realizado também, um trabalho de informatização das escolas: uso do laboratório, lousa digital, mesas educacionais, para que todos, alunos e professores, possam aprender a usá-los.

A secretária de educação afirma que as escolas da rede são altamente equipadas:

Nós temos escolas novas, com todos os equipamentos, com o pessoal preparado, com os móveis todos completos, nós temos containers de caminhões de material escolar pra toda a clientela, lápis, caderno, borracha, régua, tintas, livros, pincéis, tudo o que você possa imaginar. Nós temos carteiras, empresas parceiras [oferecem o uniforme], recursos para projetos extracurriculares. Temos indústrias parceiras que mantêm muita das nossas facilidades. Então, a parte estrutural é de primeiro mundo. Se você olhar uma creche nossa, há coisas que não tem nem em escola particular. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

Acrescenta ainda que a distribuição dos materiais, da infraestrutura e da capacitação dos professores é feita para garantir igualdade de condições entre as escolas, não importando se é escola central ou da periferia.

Com base nas entrevistas realizadas e também da observação *in loco*, pode-se dizer que o modelo de gestão da educação existente em Indaiatuba conta com os seguintes componentes: Plano de Carreira que preserva a ideia de mérito para ascensão na carreira; gratificações vinculadas a três critérios: assiduidade, desempenho dos alunos e frequências às capacitações oferecidas;

controle orçamentário e ordenamento de despesas com equipe própria; acompanhamento da aprendizagem e do desempenho dos alunos; sistema próprio de avaliação do desempenho; planejamento contínuo com base em instrumentos compartilhados na rede; formação realizada pela equipe interna; formações realizadas por meio de parcerias; estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada; currículo único; materiais didáticos elaborados na própria rede; controle da assiduidade e da estabilidade do professor na equipe; implementação de ferramentas tecnológicas de apoio à aprendizagem e à gestão.

O modelo de gestão também inclui a busca de parcerias com a iniciativa privada tanto para capacitações quanto para implantação de projetos e dotação de infraestrutura. Durante a entrevista a secretária de educação relatou ter saído em busca das indústrias locais. Algumas se interessaram. De acordo com ela, a Secretaria tem parceria com várias empresas. Vale dizer que, perguntadas sobre parcerias, diretora e coordenadora pedagógica informaram que as parcerias ocorrem com a Secretaria e não diretamente com as escolas. Essa é, para elas, uma orientação válida para toda a rede.

Sobre a importância da estabilidade da equipe, a secretária informa que o modo como se estabeleceu a ascensão na carreira reflete a preocupação com a questão. O professor deve ser inserido na rede por meio de concurso público e irá exercer a função de coordenador pedagógico, a função de gestor, a função de orientador, mas sem possuir o cargo. Antes de completar três anos de desempenho na função, pode desistir e voltar à sua função original. Após três anos, não pode mais voltar, pois a mobilidade da equipe prejudica o trabalho.

A secretária acredita que sua equipe se encontra no caminho certo. Algumas vezes encontram falhas em suas ações, mas sempre procuram avaliar, medir e conversar sobre os erros.

A Secretaria elabora seu próprio material didático por avaliar não ter encontrado ainda, um material que responda às suas necessidades e ao currículo que deseja implementar. A secretária explica que a Secretaria optou por não adotar material de empresas privadas, apesar da pressão contrária por parte dos gestores e da população.

Nós não nos entregamos à coisas prontas. Se nós temos como meta valorizar o mérito de cada um, investir na capacitação do nosso pessoal, da equipe pedagógica, levá-los ao mestrado, doutorado, especialização e tal [não pensamos assim]. Nós estamos conseguindo um consenso de que material [devemos] usar. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

Para a secretária, os professores realmente precisam de um norte e mencionou a importância de se ter uma universidade que realmente forme um profissional que consiga exercer a profissão.

O professor tem saído das universidades sem saber alfabetizar, sem saber gestão. Ele aprende a alfabetizar dentro da escola e ele aprende a ser gestor na prática e isso pra nós está sendo terrível. Nós queremos uma universidade que realmente traga o profissional que consiga exercer a profissão. [...] Estudar história política, para mim parece ser muito bom, conhecer a política pública de ontem é muito bom, mas o operacional também precisa ser feito. Nas empresas você aprende o histórico, você aprende a fazer, você tem de estar pronto para agir. No magistério não. Então nós queremos uma capacitação que se instrumentalize o professor. Para que ele seja

autônomo. Se eu tenho uma empresa grande, se eu tenho empresas espalhadas por essa cidade aqui, eu tenho que ter um gestor autônomo. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

As diferenças de desempenho entre as escolas, para a secretária, decorrem de problemas particulares com professores e gestores, pois a estrutura, em geral, é bastante similar.

Há instrumentos de avaliação da aprendizagem e de planejamento unificados para a toda a rede. Há ainda o sistema de Avaliação do Desempenho do Aluno (AMDA), organizado pela própria Secretaria, que prevê a aplicação de provas três vezes ao ano. O tratamento dos dados é feito por escola e classe. Os relatórios são enviados às escolas, que contam com o apoio pedagógico da Secretaria para interpretação dos dados. Reuniões semanais entre técnicos da Secretaria e os gestores das escolas ilustram o grau de organização e integração da rede.

A política educacional é definida no âmbito da Secretaria de Educação que, segundo a secretária, tem bastante autonomia para fazê-lo. Afirma que essa autonomia tem sido usada com seriedade. Percebe-se, no entanto, que as decisões sobre a política são centralizadas e o planejamento geral é feito sem a participação dos profissionais das escolas. Tal fato é evidenciado pelas falas da diretora e da coordenadora da escola visitada. Elas afirmam que boa parte das decisões é tomada no âmbito da Secretaria e, na sua visão, é correto que assim seja.

É uma necessidade. Tem muitas coisas lá, nesse acordo, que são muito interessantes, e que seriam interessantes pra todo mundo. Foi discutido no sentido assim, de ajudar como que nós vamos fazer, como que vai ser. Mas veio, mas não no sentido de “você querem ou não querem?” Até porque tem coisas que não dá pra ser muito assim, não é? (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 17 de junho de 2009)

Tem coisa que tem que vir mesmo. Só que assim: Vem, mas amparado, nós temos esse amparo [da Secretaria], o PDE tá aí... (Diretora da escola, entrevista em 17 de junho de 2009)

De acordo com a secretária de educação, não há um órgão externo que acompanha o desenvolvimento da política educacional no município. Afirma, porém, que os Conselhos do Fundeb, da Merenda Escolar e o Conselho Municipal de Educação são atuantes, mas funcionam como avaliadores internos ao sistema. Por meio da AMDA e demais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem, as capacitações são também avaliadas e revisadas, segundo a entrevistada.

Essa informação foi corroborada pela coordenadora pedagógica da escola visitada. De acordo com ela, a avaliação permite perceber quais são os conteúdos que precisam ser trabalhados pelo professor na sala de aula. Assim, é possível focalizar as ações formativas nas necessidades dos professores e dos alunos. Além disso, afirmou identificar numa determinada sala ou para certos grupos de alunos quais são os conteúdos que precisam ser reforçados.

A Secretaria de Educação conta com um projeto para avaliação da aprendizagem que faz uso de duas metodologias distintas: uma é a AMDA, implementada em 2007, com foco na avaliação do desempenho dos alunos. Outra é focada no acompanhamento bimestral do desenvolvimento dos alunos por meio de instrumentos distribuídos em toda a rede.

Em relação à AMDA, a responsável pelo setor de avaliação afirmou que o objetivo central é o monitoramento do trabalho como um todo não tendo como foco apenas fazer uma avaliação dos alunos. A Secretaria coleta todo o material, faz o tratamento dos resultados e gera relatórios que trazem todas as informações por aluno, por sala e por escola. Na Secretaria, a tabulação dos dados é feita por estagiários de um curso de informática da Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura – FIEC, mantida pela prefeitura, que realiza cursos profissionalizantes, entre outras atividades.

De acordo com a entrevistada, diferentemente da Prova Brasil que traz resultados por escola, a AMDA traz resultados por aluno, o que permite o monitoramento do desempenho de cada um.

Acrescentou que, em 2008, a AMDA trabalhou apenas com duas avaliações: a diagnóstica, no início do ano, e outra no final do ano, para verificação dos resultados alcançados. Em 2009, tomou-se a decisão de realizar três momentos avaliativos: no início do ano – diagnóstica; no meio do ano e outra no final do ano. A decisão foi tomada depois de uma solicitação da coordenadora do Ensino Fundamental que havia detectado a necessidade de um acompanhamento mais constante ao longo do ano, para correções de rumo.

A avaliação diagnóstica visa a subsidiar o planejamento dos professores. Ela é feita no início do ano letivo e os resultados são enviados para a escola ainda em fevereiro. O planejamento dos professores e da escola é elaborado cotejando o currículo e o estágio de aprendizagem dos alunos em relação aos conteúdos testados nessa prova. Os alunos respondem também questões sobre características socioeconômicas e culturais das famílias.

Após o envio dos relatórios às escolas, inicia-se, segundo a responsável pela avaliação, “todo um trabalho. Por exemplo, as capacitações [dos professores coordenadores e dos gestores, semanalmente]. E também o planejamento dos professores. Há ainda [o desenvolvimento de] projetos”. A segunda etapa da AMDA ocorre em junho. A avaliação final é realizada em outubro ou novembro.

A coordenadora da escola afirmou que a AMDA é um mecanismo de acompanhamento “minucioso”. Ela está na rede desde 1998 e afirmou que, desde então, o processo de acompanhamento tem evoluído bastante. Ressaltou ainda, que há resistências à política de avaliação, mas elas estão concentradas numa minoria de professores.

Lógico que às vezes a gente tem assim, algumas pessoas que discordam, mas acho que é isso que faz a gente acabar refletindo, crescendo. Algumas pessoas [professoras] discordam do processo; ficam chateadas às vezes com os resultados... É difícil de lidar. Não vou dizer pra você que a maioria é assim. É um ou outro que cria certo mal estar, de ficar meio chateado. Mas a gente chega a sentar e conversar individualmente para dizer: ‘olha, durante todo o ano eu venho falando para você, fazendo orientações individuais em planejamento e por meio do guia de orientação. Eu estou sugerindo para você fazer esse trabalho.’ (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 17 de junho de 2009)

A avaliação externa organizada pela Secretaria Municipal é elaborada de forma diferenciada para os alunos com necessidades educacionais especiais. Tais alunos são incluídos

diretamente nas salas de aulas regulares e têm assistência de professores itinerantes que visitam as escolas três vezes por semana.

Colocamos psicólogos profissionais, porque nós tivemos problema com os psicólogos da área da saúde. Eles não davam o atendimento individual necessário porque tinham outras frentes. Não sobrava muito tempo. Inventamos o título de psicólogo escolar e fizemos concurso para contratação de psicólogos escolares. Depois, fizemos o mesmo para fonoaudiólogo escolar. E, ainda, para assistente social escolar. Todos apoiam o trabalho feito na escola. (Secretária de Educação, entrevistada em 17 de junho de 2009)

Essa informação foi corroborada pela diretora e coordenadora pedagógica da escola visitada. Tais informantes acrescentaram ainda, que esses profissionais apóiam também o trabalho feito com crianças que possuem dificuldades de aprendizagem.

Quanto ao planejamento, a diretora informou que no início do ano, a coordenadora entrega às professoras um cronograma que detalha sua periodicidade. As professoras saberão então, quando precisarão entregar à professora coordenadora, seus planos de trabalho. Trata-se, nesse momento, do planejamento bimestral. Há ainda, um planejamento mais detalhado indicando quais os conteúdos serão trabalhados diariamente. Esse planejamento deve ser feito quinzenalmente e, por meio dele, é possível saber o que todos os professores estão trabalhando a cada dia. De acordo com a coordenadora pedagógica, quando não há aula por alguma razão, ela sabe exatamente o que ficou prejudicado e precisa ser reforçado depois.

As informações prestadas pelos entrevistados levam a inferir uma articulação entre planejamento, monitoramento e avaliação das ações pedagógicas, tanto por parte da Secretaria de Educação, quanto da escola, o que pode estar contribuindo sobremaneira para o resultado obtido pela rede municipal de educação de Indaiatuba.

Considerações Finais

É possível afirmar que as condições socioeconômicas do município de Indaiatuba vêm contribuindo para resultados positivos no Ideb. Entretanto, outros elementos somam-se a elas, como o desenvolvimento de uma política de acompanhamento da aprendizagem e do desempenho dos alunos associada à identificação de necessidades formativas dos professores e ao trabalho de orientação, feito nas escolas, pelos coordenadores pedagógicos. Tal acompanhamento é focado no desenvolvimento de cada aluno.

Além disso, de acordo com os depoimentos colhidos em campo, a Secretaria desenvolve um trabalho intenso de divulgação e orientação dos professores em relação ao Ideb, como analisá-los, como utilizar os resultados para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, o que, provavelmente, contribui para uma maior compreensão e aceitação do índice.

Vale ressaltar que a elaboração diferenciada da avaliação externa, organizada pela Secretaria Municipal, para os alunos com necessidades educacionais especiais, aponta uma preocupação em garantir o respeito ao ritmo de tais alunos e, ao mesmo tempo, não excluí-los dos processos avaliativos.

É possível identificar também que a equipe gestora, da Secretaria e da escola, possui clareza de suas ações na relação com os objetivos da política educacional. Outro elemento importante é o planejamento contínuo com base em instrumentos compartilhados na rede.

Outros fatores destacados pela Pesquisa Ideb e que podem ter contribuído para o resultado no Ideb de 2007 do município de Indaiatuba são: a boa infraestrutura da Secretaria e das escolas; a capacidade administrativa e pedagógica da Secretaria e o uso das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Luís. Os fios condutores do PDE são antigos. 2007. Disponível em: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/araujo2.pdf>>.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) / Reynaldo Fernandes. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – Coleção educação contemporânea.

_____. Avaliação e Gestão Democrática na Regulação da Educação Básica Brasileira: Uma relação a avaliar. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007

FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007.

Indaiatuba. *Secretaria Municipal de Educação*. AMDA – Avaliação Municipal de Desempenho do Aluno. 2009.

Indaiatuba. *Secretaria Municipal de Educação*. Caderno do professor, contribuições para o trabalho pedagógico, Educação Infantil e Ensino Fundamental. 2009.

Indaiatuba. *Secretaria Municipal de Educação*. Plano de Ensino, 2005.

Indaiatuba. *Secretaria Municipal de Educação*. Proposta pedagógica global da Rede Municipal de Ensino de Indaiatuba.

Indaiatuba. Lei 3367, de 31 de outubro de 1996. Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal da Educação.

Indaiatuba. Lei nº 5. 231, de 13 de novembro de 2007. Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 4. 309, de 02 de abril de 2003, que dispõe sobre a reclassificação, criação e extinção de cargos, dá nova denominação a cargos, fixa os novos padrões de vencimento dos cargos da Prefeitura Municipal, suas autarquias e fundações, altera a estrutura administrativa da Municipalidade, e dá outras providências.

Indaiatuba. Lei nº 3.507 de 08 de Janeiro de 1998. Cria o Sistema Municipal de Ensino e estabelece normas gerais para a sua adequada implantação.

Indaiatuba. Lei complementar nº 07, de 05 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município, e dá outras providências.

Indaiatuba. Regimento Interno, versão 10 de agosto de 2006.

Indaiatuba. Resolução 03/2008. Dispõe sobre o Decreto nº 9.724/2008 que regulamenta a concessão de Gratificação de Produção e Aperfeiçoamento Profissional – GPAP, na área

educacional, prevista no Art. 25 da Lei nº 4.309 de 02 de abril de 2003, alterada pela Lei nº 5.273, de 06 de fevereiro de 2008. Imprensa Oficial do Município. 18 de abril de 2008

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. As avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? São Paulo, 2009.

PROJETO: BONS RESULTADOS NO IDEB: Estudo exploratório de fatores explicativos. Universidade Estadual do Ceará; Universidade Federal da Grande Dourados; Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009.

REYNOLDS, David e TEDDLIE, Charles. Os processos da eficácia Escolar. In: BROOKE, Nigel; SOARES, Francisco. Pesquisa em Eficácia Escolar. Belo Horizonte: UFMG, 2008. P. 297 – 328.

SOUSA, Sandra Zákia L. Possíveis Impactos das Políticas de Avaliação no Currículo Escolar. Cadernos de Pesquisa. n. 119, p. 175-190, julho/ 2003.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação, ciclos e qualidade do Ensino Fundamental: uma relação a ser construída. In: Estudos Avançados. 2007.

SOUSA, Sandra Zákia L. Avaliação e gestão da educação básica. In: Dourado, Luiz. Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?. São Paulo: Editora Xamã, 2009.